ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de dez mil euros, e está dividido em duas quotas, uma do valor nominal de nove mil euros, pertencente ao sócio Luís Maria Moreira Bessa de Sousa e outra do valor nominal de mil euros, pertencente à sócia Maria Isabel Vieira Vaz Monteiro.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de dez vezes o capital social.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimento.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada ao sócio Luís Maria Moreira Bessa de Sousa, que desde já fica nomeado gerente.

2 — Para validamente obrigar e representar a sociedade em todos os actos e contratos é necessária e suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- d) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- e) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- f) Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- g) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme.

21 de Setembro de 2005. — A Ajudante Principal, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.
2010147847

LUXED — CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 58 699/20050715; identificação de pessoa colectiva n.º 507267940; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 06/20050715.

Certifico que Carla Maria de Moura Cardoso e Susana Alexandra de Moura Cardoso, constituíram a sociedade em epígrafe, a qual fica a reger-se pelo contrato seguinte:

Contrato de sociedade

No dia 3 de Maio de 2005, no 4.º Cartório Notarial do Porto, perante mim, o notário, licenciado José Mário Resse Lascasas dos Santos, compareceram como outorgantes:

1.º Carla Maria de Moura Cardoso, número de identificação fiscal 212689142, natural de Moçambique, (bilhete de identidade

n.º 10330985, de 3 de Setembro de 1999, dos Serviços de Identificação Civil do Porto), casada no regime da separação de bens com Joaquim Coelho de Freitas, residente na Rua da Costa, Eiriz, Paços de Ferreira;

2.º Susana Alexandra de Moura Cardoso, número de identificação fiscal 220480354, natural da freguesia e concelho de Paços de Ferreira, (bilhete de identidade n.º 11071637, de 19 de Dezembro de 2002, dos Serviços de Identificação Civil do Porto), casada no regime de separação de bens com Fernando Manuel Moreira Ribeiro, residente na Rua de Moinhos, 424, Frazão, Paços de Ferreira.

Verifiquei o identidade das outorgantes por exibição dos referidos documentos de identificação.

Que, entre si, constituem uma sociedade comercial por quotas que se vai regular pelas disposições constantes dos seguintes artigos:

1.º

A sociedade adopta a firma LUXED — Construção Civil e Imobiliária, L.ª, e tem a sua sede na Travessa da Estrada Nacional, 107, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia.

§ único. Por simples deliberação da gerência a sociedade poderá abrir, transferir ou encerrar agências, filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, bem como transferir a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de construção civil, compra e venda de propriedades, aluguer de equipamento de construção civil e imobiliária.

3.º

O capital social é de cinquenta mil euros, dividido em duas quotas iguais de vinte e cinco mil euros, pertencentes uma a cada uma das sócias Carla Maria de Moura Cardoso e Susana Alexandra de Moura Cardoso.

§ único. O capital social encontra-se realizado em dinheiro quanto a 50 %, devendo o remanescente ser realizado em dinheiro até 31 de Julho do ano em curso.

4.º

A sociedade é administrada e representada por ambas as sócias, desde já nomeadas gerentes, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar e representar validamente a sociedade, em todos os actos e contratos que envolvam responsabilidade ou obrigação, é necessária a assinatura de dois gerentes.

5.º

Aos sócios podem ser exigidas prestações suplementares, até ao montante global de cinquenta mil euros e na proporção das respectivas quotas.

6.º

Na cessão de quotas a estranhos à sociedade em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo fica reservado o direito de preferência.

7.º

1 — A sociedade poderá amortizar as quotas de qualquer um dos sócios, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o referido titular;
- b) Em caso de penhora, arresto ou falência do sócio;
- c) Por prática de fraude pelo sócio contra a sociedade lesiva dos interesses desta.

2 — A amortização da quota efectua-se por deliberação dos sócios e considera-se eficaz com a comunicação ao sócio por ela afectado e será liquidada pelo valor do balanço do último ano a que respeitar.

Assim o outorgaram acrescentando finalmente:

a) A sociedade assume de pleno direito com o registo definitivo do contrato as obrigações que versem sobre as despesas de constituição e registo;

b) Para fazer face às despesas com esta escritura, respectivo registo e publicações e à aquisição de mobiliário e equipamentos necessários à instalação de serviços da sociedade, fica desde já autorizado um gerente a proceder ao levantamento total da importância depositada, em nome da sociedade, e referente às entradas dos sócios para a realização do capital social.

Mais disseram as outorgantes sob sua responsabilidade:

Que, para efeitos do n.º 4 do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, o capital social já realizado foi depositado em 29 de Abril, findo, no Banco Nacional de Crédito, S. A., Agência de Valongo.

Adverti as outorgantes da obrigatoriedade de promoverem o registo deste acto na competente Conservatória do Registo Comercial no prazo de três meses a contar desta data.

Está conforme.

5 de Julho de 2005. — A Adjunta do Conservador, *Sandra Maria Batista Figueiredo*.
2010148975

PAÇOS DE FERREIRA

FÁBRICA DE ESPELHOS CUNHA II, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 02382/050915; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 17/050915.

Certifico que, por escritura de 28 de Setembro de 2005, lavrada no Cartório Notarial do notário Luís Fernando Laboreiro Henriques de Matosinhos, a fl. 59 do livro n.º 16-A, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelos seguintes artigos:

Pacto social

Sociedade anónima

Normas gerais

ARTIGO 1.º

A sociedade constituída pelos presentes estatutos adopta a firma Fábrica de Espelhos Cunha, II, S. A.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto social a fabricação de espelhos, moldagem e transformação de vidro plano.

ARTIGO 3.º

A sua sede social fica no lugar de Barbelães, freguesia de Frazão, concelho de Paços de Ferreira.

ARTIGO 4.º

A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades, de direito nacional e estrangeiro e participar em agrupamentos complementares de empresas, com objecto igual ou diferente do referido no artigo 2.º

Capital, acções e obrigações

ARTIGO 5.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de duzentos e cinquenta mil euros, representado por doze mil quinhentas acções de valor nominal de vinte euros cada.

ARTIGO 6.º

1 — As acções são nominativas e livremente convertíveis por vontade dos accionistas interessados.

2 — A conversão efectua-se por substituição dos títulos, no prazo de 30 dias após o depósito das acções e da quantia provável da despesa.

ARTIGO 7.º

Em todos os aumentos de capital será dada preferência aos actuais accionistas, na proporção das acções que possuírem.

ARTIGO 8.º

A transmissão de acções nominativas quando existam, fica subordinada ao seguinte regime:

a) A transmissão é sujeita ao consentimento do conselho de administração e no caso de recusa a sociedade ficará obrigada a fazê-las adquirir nos termos legais, sendo que a transmissão se tornará livre se o pedido não for apreciado no prazo de 60 dias;

b) Os accionistas terão direito de preferência, aquando da alienação a título oneroso;

c) Para efeito do direito de preferência, os accionistas serão avisados pelo conselho de administração por via de anúncio público, nos

termos legais e com a antecedência mínima de 30 dias precedendo comunicação escrita do alienante àquele conselho, indicando o objecto de alienação, preço e as condições de pagamento;

d) O conselho notificará o alienante e os preferentes para comparecerem em certa data na sede social, munidos dos respectivos títulos, distribuindo-se as acções por acordo entre os preferentes, ou por licitação na falta de acordo.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade poderá emitir e colocar obrigações, nos termos da lei e segundo as condições que forem estabelecidas em assembleia geral.

2 — Os titulares das acções têm direito de preferência na substituição de obrigações inconvertíveis.

ARTIGO 10.º

A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias e alheias e fazer sobre elas as operações que o conselho de administração, com a anuência do fiscal único tiver por convenientes.

Assembleia geral

ARTIGO 11.º

A assembleia geral é constituída pela universidade dos accionistas e compete deliberar sobre todas as matérias que a lei lhe atribua.

ARTIGO 12.º

A assembleia será efectuada na sede social ou em local indicado nos anúncios convocatórios.

ARTIGO 13.º

A mesa da assembleia geral será integrada por um presidente e um secretário, eleitos por quatro anos de entre os accionistas ou estranhos, podendo ser reeleitos, sendo a sua remuneração fixada em assembleia geral.

ARTIGO 14.º

A assembleia só poderá deliberar, em primeira convocação, com a participação dos sócios que representem metade do capital social, salvo no caso de a reunião visar a alteração do contrato ou a fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade em que só poderá deliberar com a participação dos sócios que representem três quartos do capital social.

ARTIGO 15.º

As assembleias serão convocadas por anúncio e por forma a medirem 30 dias entre este e a data designada para aquelas.

ARTIGO 16.º

Os accionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais, desde que o representante seja o cônjuge, descendente, ascendente, administrador, ou outro accionista, e para prova do respectivo mandato bastará uma carta, com a assinatura e dirigida ao presidente da mesa.

ARTIGO 17.º

As deliberações dos sócios poderão derogar as normas dispositivas da lei.

Conselho de administração

ARTIGO 18.º

1 — O conselho de administração será constituído por cinco membros efectivos, eleitos por quatro anos em assembleia geral.

2 — O conselho de administração terá direito ou não à remuneração que a assembleia geral lhe fixar.

3 — O conselho de administração poderá delegar num dos seus membros a gestão corrente ou certas matérias de administração, ficando nesta caso a sociedade vinculada pelos negócios que o delegado concluir no âmbito da delegação.

ARTIGO 19.º

O presidente será escolhido pelo próprio conselho de administração e os restantes vogais.